



Nota técnica, racionalização de atos e procedimentos administrativos.

Lei de desburocratização.

O Governo Federal editou a lei Lei Nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, que circulou no DOU no dia 09/10/2018, com a seguinte ementa “*Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.*”

Com efeito, a citada lei dispensa, na forma do Art. 3º, NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, a exigência de reconhecimento de firma; autenticação de cópia de documento; juntada de documento pessoal do usuário; apresentação de certidão de nascimento; apresentação de título de eleitor.

Este rol de documentos dispensados, de que trata os incisos I a VI do Art. 3º, não é taxativo, eis que, nos regulamentos internos de cada órgão, poderá inexigir outras situações de dispensas de apresentação de documentos, atendendo a racionalização dos processos, e identificando dispositivos legais ou regulamentares que prevejam exigências descabidas ou exageradas ou procedimentos desnecessários ou redundantes (art. 5º).

Ficam ainda proibidos, exigir certidões expedidas por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, como por exemplo exigir certidão do cidadão, sendo que a própria administração é detentora da informação; prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido, *ex vi* § 2º e § 3º do art. 3º.

Os dispositivos desta lei federal impactam de imediato os procedimentos adotados no processo de licitação, devendo a partir de 09/01/2018, retirar todas exigências dispensadas e constantes dos editais e contratos. Ainda, a lei nova revoga dispositivos da lei 8.666/93 que estiverem em contrário, principalmente com relação aos documentos de habilitação, previstas principalmente nos art. 27 a 31, da lei de licitação, além dos dispositivos da 10.520/02. Neste contexto, impera o princípio da boa-fé.

O Município deverá instituir comissão ou grupo de trabalho, permanente, visando: I - identificar, dispositivos legais ou regulamentares que prevejam exigências descabidas ou exageradas ou procedimentos desnecessários ou redundantes; - sugerir medidas legais ou regulamentares que visem a eliminar o excesso de burocracia.

Ressalvamos a importância da presente lei e seu efeito prático na vida dos cidadãos, que já não suporta o excesso burocrático. Não é a primeira tentativa de racionalizar processos e suprimir exigências descabidas, no passado recente a União já chegou a ter Ministério da Desburocratização, papel este, para o presente momento, afeto aos grupos de trabalho de cada ente.

Por último, foi instituído o Selo de Desburocratização e Simplificação, destinado a reconhecer e a estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento aos usuários dos serviços públicos (Art. 7º).

Assessoria Jurídica
Associação Goiana de Municípios



Em todos os procedimentos administrativos é possível a racionalização, simplificação de atos, informatização, transparência e economia processual, devendo ser política permanente do Ente.

A Assessoria jurídica, mormente a que cuida do contencioso administrativo, deve ultimar o mais rápido possível todos os levantamentos para o cumprimento da presente lei, eis que, é autoaplicável e não há período de adaptação, devendo inclusive aplicar este regramento para os editais em andamento.

Era o que tinha para o momento,

Sérgio Siqueira
Assessor Jurídico

“LEI Nº 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.

Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude, e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;

III - juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;

IV - apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público;

V - apresentação de título de eleitor, exceto para votar ou para registrar candidatura;

VI - apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor se os pais estiverem presentes no embarque.

Assessoria Jurídica
Associação Goiana de Municípios



§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I - certidão de antecedentes criminais;
- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º Os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão criar grupos setoriais de trabalho com os seguintes objetivos:

I - identificar, nas respectivas áreas, dispositivos legais ou regulamentares que prevejam exigências descabidas ou exageradas ou procedimentos desnecessários ou redundantes;

II - sugerir medidas legais ou regulamentares que visem a eliminar o excesso de burocracia.

Art. 6º Ressalvados os casos que impliquem imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direitos e atividades, a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio, inclusive comunicação verbal, direta ou telefônica, e correio eletrônico, devendo a circunstância ser registrada quando necessário.

Art. 7º É instituído o Selo de Desburocratização e Simplificação, destinado a reconhecer e a estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento aos usuários dos serviços públicos.

Parágrafo único. O Selo será concedido na forma de regulamento por comissão formada por representantes da Administração Pública e da sociedade civil, observados os seguintes critérios:

- I - a racionalização de processos e procedimentos administrativos;
- II - a eliminação de formalidades desnecessárias ou desproporcionais para as finalidades almejadas;
- III - os ganhos sociais oriundos da medida de desburocratização;
- IV - a redução do tempo de espera no atendimento dos serviços públicos;

V - a adoção de soluções tecnológicas ou organizacionais que possam ser replicadas em outras esferas da administração pública.

Art. 8º A participação do servidor no desenvolvimento e na execução de projetos e programas que resultem na desburocratização do serviço público será registrada em seus assentamentos funcionais.

Art. 9º Os órgãos ou entidades estatais que receberem o Selo de Desburocratização e Simplificação serão inscritos em Cadastro Nacional de Desburocratização.

Parágrafo único. Serão premiados, anualmente, 2 (dois) órgãos ou entidades, em cada unidade federativa, selecionados com base nos critérios estabelecidos por esta Lei.

Assessoria Jurídica
Associação Goiana de Municípios

Art. 10. (VETADO).

Brasília, 8 de outubro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha
Grace Maria Fernandes Mendonça

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.10.2018*

